

Outra viagem imprevista de Delfim

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, deverá seguir esta noite para Londres, Paris e Frankfurt, em mais uma viagem imprevista ao Exterior, a terceira que ele realiza em pouco menos de um mês, com o mesmo propósito: conversar com banqueiros internacionais credores do Brasil, que participam do processo de renegociação da dívida brasileira. O gabinete da Seplan nega que o ministro esteja fora de Brasília.

Comenta-se que Delfim Netto vai tentar convencer os banqueiros da necessidade de, antes da conclusão dos estudos do Fundo Monetário Internacional sobre o novo acordo com o Brasil, serem iniciados os entendimentos visando à definição do volume de recursos de que o País

necessita para regularizar suas contas externas neste e no próximo ano.

Há indicações, não desmentidas, de que Delfim aproveitará sua passagem pela capital francesa para iniciar as conversações preparatórias às negociações que o Brasil desenvolverá, a partir de novembro, com o Clube de Paris, visando à renegociação da dívida brasileira com os bancos oficiais e outras instituições governamentais dos países europeus e do Japão. O retorno do ministro está previsto para o final desta semana, acreditando-se que, já na próxima segunda-feira, ele possa apresentar ao presidente em exercício, Aureliano Chaves, os resultados de seus entendimentos na Europa.

Uma fonte da Seplan informou que as conversações que o ministro do Planejamento manterá com os banqueiros nas três capitais euro-

péias são de natureza política, ou seja, sua intenção é obter, dos principais credores do Brasil, o sinal verde para o início das discussões, com os técnicos do Banco Central, do programa de necessidades de crédito do País para este e o próximo ano.

Evidentemente — disse o informante — Delfim não vai descer ao detalhe da quantificação da **exposu-re** (capacidade de empréstimo) de cada banco, tarefa a ser executada por funcionários do segundo escalão. Sua presença, contudo, é fundamental para a deflagração do processo negociador, cuja concretização, obviamente, ficará dependendo da aprovação do acordo recentemente renegociado com o FMI, prevista para o final de outubro, caso tudo corra bem, e o governo consiga a aprovação, pelo Congresso, do Decreto-Lei nº2.045, que dispõe sobre a política salarial.